

ARGENTINA X MÉXICO: DOIS PROJETOS, DOIS CAMINHOS E UM ALERTA PARA O BRASIL

Na mesma semana, trabalhadores e trabalhadoras do **México** e da **Argentina** viveram realidades completamente opostas. Não se trata de futebol, mas de um jogo muito mais duro: o jogo da luta de classes. De um lado, um projeto que reconhece a voz do trabalho e constrói avanços, ainda que graduais. Do outro, um projeto de terra arrasada, onde o patrão manda, define as regras e empurra a classe trabalhadora para trás - **PÁGINA 3**.



PLR 2019

AUDIÊNCIA NO
TST MARCA ETAPA
DECISIVA PARA
HOMOLOGAÇÃO
DO ACORDO.

Página 2

PETROS

FÓRUM
ESCLARECE
ESTUDOS SOBRE
ALTERNATIVA AOS
PEDS.

Página 2

FEMINICÍDIOS

2025 REGISTRA O
MAIOR NÚMERO
DESDE A
TIPIFICAÇÃO DO
CRIME.

Página 4

FÓRUM ESCLARECE ESTUDOS SOBRE ALTERNATIVA AOS PEDs



Diante da circulação de informações distorcidas sobre os estudos voltados ao encerramento dos **Planos de Equacionamento de Déficit (PEDs)**, o **Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros** divulgou sua **22ª Nota Informativa**, reafirmando as premissas aprovadas em seminário das entidades que o compõem.

O documento se baseia em critérios técnicos, responsabilidade atuarial e no compromisso central de defesa dos direitos dos participantes/assistidos.

A alternativa em elaboração respeita a **CGPAR 25/2018**, que determina

que novos planos de estatais sejam de **Contribuição Definida (CD)**. O modelo proposto, portanto, é um **plano CD com garantias previdenciárias** típicas de um BD, incluindo fundo garantidor para assegurar o pagamento vitalício dos benefícios em caso de exaurimento das reservas individuais.

PRINCIPAIS PONTOS DE ESCLARECIMENTOS

Entre os principais pontos, o Fórum esclarece que:

- ➲ **Quem optar pela migração** terá benefícios próximos ao valor líquido anterior aos equacionamentos, com possibilidade de simulação prévia e aportes financeiros oriundos de acordos judiciais;
- ➲ **Esses aportes** não representam reconhecimento de culpa, mas **uma estratégia negocial para reduzir riscos e custos** do contencioso, sem violar a paridade contributiva;
- ➲ O novo modelo preserva **garantias**

como **paridade da patrocinadora**, reajuste pelo IPCA, pensão por morte, patrimônio/herança e benefício vitalício via fundo garantidor;

➲ **A migração não prejudica o mútuo do plano BD**, pois os migrantes levam apenas suas reservas individualizadas e encerram previamente seus compromissos, inclusive déficits e ações judiciais;

➲ Propostas baseadas em **"dívidas históricas"** dependem de êxito judicial incerto e de longo prazo, não sendo solução imediata para os PEDs.

O Fórum destaca ainda que, embora defende o prosseguimento das ações judiciais em curso, reconhece que essas demandas podem levar muitos anos.

Diante da urgência imposta pelos PEDs, a **alternativa apresentada é apontada como a única juridicamente possível, financeiramente responsável e sustentável**, baseada em instrumentos concretos do ordenamento jurídico vigente e na adesão individual consciente dos participantes ■



AUDIÊNCIA NO TST MARCA ETAPA DECISIVA PARA O ACORDO

Durante o **Papo Direto Online (PDO) da sexta-feira (13)**, a presidente do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, atualizou a categoria sobre os encaminhamentos do acordo judicial referente à PLR 2019.

Segundo Miriam, desde a aprovação pela categoria, o Sindicato deixou claro os termos necessários para viabilizar o fechamento do acordo no valor apresentado pela empresa — **cerca de R\$ 6.100, com desconto de 2,5% de taxa negocial**. Esse encaminhamento teve como objetivo resolver pendências envolvendo subsidiárias que não haviam aderido inicialmente ao acordo, garantindo tratamento isonômico para toda a base.

Todas as condições aprovadas em assembleia foram levadas à empresa, que, por sua vez, encaminhou o acordo ao TST. No entanto, o Tribunal apontou alguns entraves, especialmente a exigência de manifestação individual dos trabalhadores, mesmo se tratando de uma ação coletiva — ponto que gerou novos debates e diligências.

Diante disso, a Petrobrás voltou a se manifestar junto ao TST e, agora, está **marcada audiência para o dia 24 de fevereiro**, quando o Tribunal deverá tratar da homologação final do acordo. Para a direção sindical, esse é o passo fundamental para destravar o processo. “Agora temos uma data concreta. A partir dessa audiência, a tendência é que a questão seja resolvida”, destacou Miriam.

Ela explica que na homologação serão definidos procedimentos adicionais exigidos pelo TST — inclusive sobre a necessidade, ou não, de manifestação individual da categoria, tema que ainda apresenta informações contraditórias.

Com a homologação, passam a correr os prazos para a implementação das exigências judiciais e, **na sequência, será definida a data de pagamento da PLR 2019**, conforme o valor acordado. **O montante será igual para todos, com a aplicação da taxa negocial de 2,5%**, esclarecendo-se que não se trata de desconto assistencial e, portanto,



não haverá direito de oposição.

Miriam reconhece a ansiedade da categoria. No entanto, reforça que processos que envolvem a Justiça fogem ao controle direto do Sindicato. “Quando entra o Judiciário, os prazos não dependem só da nossa pressão sobre a empresa. Agora, o tempo é o do TST”, explicou.

Mesmo com os atrasos, a direção do Sindipetro-RS avalia o momento como uma boa notícia ■

 SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL FILIADO À FUP, CNQ E CUT DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.	JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278) SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br
---	---

CLASSE TRABALHADORA

ARGENTINA X MÉXICO: DOIS PROJETOS, DOIS CAMINHOS E UM ALERTA PARA O BRASIL

Na mesma semana, trabalhadores e trabalhadoras do **México** e da **Argentina** viveram realidades completamente opostas. Não se trata de futebol, mas de um jogo muito mais duro: o jogo da luta de classes. De um lado, um projeto que reconhece a voz do trabalho e constrói avanços, ainda que graduais. Do outro, um projeto de terra arrasada, no qual o patrão manda, define as regras e empurra a classe trabalhadora para trás.

São duas “reformas” aprovadas quase ao mesmo tempo, mas que revelam **projeto políticos antagônicos**. No México, governado por uma coalizão de centro-esquerda — semelhante ao cenário brasileiro atual — houve avanços. Na Argentina, sob o governo de extrema-direita de Javier Milei — muito parecido com o que o Brasil viveu entre 2018 e 2022 —, o que se aprovou foi **um pacote brutal de retirada de direitos**. Essa comparação não é abstrata: diz respeito diretamente à vida de quem vive do trabalho no Brasil.

NO MÉXICO, AVANÇOS CONSTRUÍDOS COM DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

No dia 11 de fevereiro, o Senado mexicano aprovou a **redução gradual da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais**. Embora a escala 6x1 ainda tenha sido mantida, o próprio governo anunciou que o tema seguirá em debate por meio de lei complementar. A transição será feita de forma progressiva até 2030.

O que diferencia esse processo é o método: a presidente Claudia Sheinbaum instalou uma mesa de diálogo com **sindicatos**, movimentos sociais e empresários. O resultado foi um projeto enviado pelo Executivo ao Congresso, fruto de negociação e pressão organizada.

Se confirmada na Câmara, a **medida beneficiará cerca de 13,5 milhões de trabalhadores** e tende a reduzir a informalidade. É a prova concreta de que, quando a classe trabalhadora se organiza e conta com um governo aberto ao diálogo, avanços são possíveis — ainda que não ocorram na velocidade ideal.

NA ARGENTINA, UM ATAQUE FRONTAL AOS DIREITOS E O RETROCESSO

No mesmo dia, o **Senado argentino aprovou a chamada “reforma trabalhista”** proposta pelo presidente Javier Milei. Para sindicatos e centrais do país, trata-se de **uma verdadeira destruição**



dos direitos do trabalho. A proposta ainda precisa passar pela Câmara.

Durante o **Papo Direto Online (PDO)**, dirigentes do Sindipetro-RS fizeram um alerta contundente. Como destacou o dirigente Dary: “Eu não gosto nem de chamar isso de reforma. **O que está acontecendo na Argentina é destruição dos direitos do trabalho.**”

Entre os pontos aprovados está a **ampliação da jornada diária para até 12 horas, sem o pagamento de horas extras** e as horas excedente vão para um banco de horas imposto por lei, sem necessidade de negociação coletiva. “No Brasil, mesmo com todas as críticas, o banco de horas só existe com acordo coletivo. Lá, vai ser obrigação legal. Não tem sindicato, não tem negociação, não tem limite.”

Enquanto no Brasil a luta é pela redução da jornada, pelo fim da escala 6x1 e pela conquista de mais tempo de vida além do trabalho, na Argentina o governo legaliza jornadas exaustivas.

O dirigente informou ainda que foi aprovado que o empregador pode “pagar” o trabalhador com comida e moradia, sem salário em dinheiro. Também foi autorizada a remuneração com produtos. “Isso, no Brasil, é conhecido como trabalho análogo à escravidão.”

Além disso, **Milei desmonta a negociação coletiva nacional, substituindo-a por acordos por empresa — o pior cenário possível para os trabalhadores.** “Eles saíram do melhor modelo, que é o acordo nacional, e foram para o pior, que é negociar empresa por empresa, onde o trabalhador fica sozinho diante do patrão. “Direitos como férias, remuneração em caso de doença e estabilidade foram severamente reduzidos. **Trabalhadores adocicados passam a receber apenas parte do salário. As férias deixam de ser garantidas por lei e passam a depender da “boa vontade”**

do empregador.

NEOLIBERALISMO: DESEMPREGO, REPRESSÃO E VIOLENCIA

Desde o **início do governo Milei, cerca de 300 mil postos de trabalho formais já foram eliminados na Argentina**, especialmente na indústria, na construção civil e nas economias regionais, gerando revolta entre os trabalhadores. Mas a resposta do governo às mobilizações tem sido arepressão. Protestos contra a reforma foram duramente atacados, com centenas de feridos e dezenas de presos.

O RECADÔ PARA O BRASIL

O alerta feito pelos dirigentes do Sindipetro-RS é direto: **esse é o projeto da extrema-direita brasileira.** Foi esse projeto que tentou avançar com Temer, Bolsonaro e Paulo Guedes. Parte dele foi barrada pela luta popular. Outra parte, infelizmente, passou. “Já vimos esse filme. Reforma trabalhista, reforma da Previdência, retirada de direitos. E a ideia deles era ir ainda mais longe. O que impediu um desastre maior foi a resistência da classe trabalhadora organizada, dos sindicatos, dos movimentos sociais e da pressão popular. Por isso, não existe neutralidade. Não existe “isenção” quando estão em jogo a jornada de trabalho, o acordo coletivo, o direito de greve e a própria existência dos sindicatos. Quem não está abraçado à pauta do fim da jornada 6x1 não merece o voto da classe trabalhadora”, alertaram.

A classe trabalhadora brasileira precisa olhar para os vizinhos, compreender a disputa de projetos e **fazer escolhas conscientes**. Depois que a lei é aprovada, não adianta reclamar. A luta é agora: nas ruas, nos sindicatos, nas negociações e, logo ali, nas urnas ■

SAÚDE DO TRABALHADOR

SINDIPETRO-RS PARTICIPA DE REUNIÃO DO FSST/RS

O Sindipetro-RS esteve representado na reunião do **Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador (FSST/RS)**, realizada no dia **10/2**, na sede do Sindipolo, em Porto Alegre.

Durante o encontro, que contou com a participação de **sindicalistas de diferentes setores**, além de entidades como a **CUT/RS** e a **ANAPAR**, foram tratados temas como a realização de aulas públicas e oficinas sobre saúde do trabalhador – com a primeira aula já prevista para **21/3** –, a realização de **ato público** para chamar a atenção sobre o tema; **celebração dos 20 anos de criação do FSST/RS; panfletagem** do Fórum na Esquina Democrática, em Porto Alegre; além de encaminhamentos gerais.

A próxima reunião do Fórum ficou agendada para o dia **24/2**, para dar continuidade à agenda de atividades do FSST/RS ■



NOTAS

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

O TST recebeu, em **2025**, cerca de **142.814** novos processos por **assédio moral no trabalho**, um aumento de **22,3%** em relação a 2024. As denúncias também cresceram de forma significativa. Dados do Ministério Públco do Trabalho (MPT) mostram que, no mesmo ano, foram recebidos aproximadamente **18.207** relatos de assédio moral, um aumento de **26,9%** em comparação com 2024. Já o **Disque 100**, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), contabilizou **2.757 denúncias** em 2025, crescimento de **49,8%** em relação a 2024. Os dados apontam para a importância da entrada em vigor, neste ano, das alterações na **NR-1**, que passam a abranger os transtornos mentais no ambiente de trabalho.

GANHANDO MAIS

Em 2024, a taxa de sindicalização dos ocupados no Brasil foi de **8,9%**, apresentando crescimento em relação a 2023. O **rendimento médio dos filiados a sindicatos** é cerca de **55% maior do que o dos não associados**. Essa diferença se deve à **força coletiva na negociação** de salários, benefícios (vale-refeição, saúde) e reajustes acima da inflação, com destaque para o setor público. Os dados são do PNAD/IBGE.

AJUDA A CUBA

A FUP encaminhou ofício à Petrobrás solicitando reunião para discutir a possibilidade de **envio emergencial de combustível a Cuba**. A entidade aguarda retorno da estatal com a indicação de datas. Segundo a FUP, o pedido ocorre diante do agravamento das **restrições comerciais e energéticas capitaneadas pelos EUA**, que afetam o abastecimento no país caribenho, com **impactos humanitários e nos serviços essenciais**. A entidade defende a abertura de diálogo institucional para avaliar alternativas viáveis, respeitando os aspectos técnicos, regulatórios e diplomáticos, bem como os princípios da **solidariedade, da soberania nacional e da responsabilidade social**.

QUESTÃO DE GÊNERO

2025 REGISTRA O MAIOR NÚMERO DE FEMINICÍDIOS DESDE A TIPIFICAÇÃO DO CRIME

O número de feminicídios no Brasil tem sido alarmante, e a questão deverá ser ponto central dos debates e ações em março, quando é celebrado o **mês das mulheres**, tendo como marco o **8 de março, Dia Internacional da Mulher**.

Em 2025, um levantamento parcial do Ministério da Justiça e Segurança Pública aponta **1.470 mulheres assassinadas**, uma média de **quatro mortes por dia**. É o maior número já registrado desde 2015, quando o crime passou a ser reconhecido de forma específica na legislação brasileira.

Desde a criação da tipificação, **13.448 mulheres foram mortas em contextos de violência doméstica, familiar ou motivados por discriminação de gênero**. A série histórica revela uma trajetória praticamente contínua de crescimento, evidenciando que, apesar dos avanços legais, o Estado e a sociedade seguem falhando na proteção da vida das mulheres. Ressalte-se que esses dados ainda são parciais, o que aponta para um quadro potencialmente ainda mais grave.

SITUAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - No RS, a situação acompanha a tendência nacional. Casos de feminicídio, tentativas de assassinato e outras formas de violência de gênero seguem sendo registrados em diferentes regiões do estado. Desde o **início de 2026 até o dia 13 de fevereiro**, foram contabilizados **14 feminicídios** no estado.

Entidades de defesa dos direitos das mulheres, movimentos sociais e sindicatos alertam que o feminicídio é o ponto final de um ciclo de violência que começa com ameaças, agressões físicas e psicológicas, assédio e controle. A ausência de políticas públicas eficazes, a demora no atendimento das denúncias e a insuficiência das redes de proteção contribuem para a permanência desses crimes.

TEMA DO MUNDO DO TRABALHO - Para o movimento sindical, o feminicídio não pode ser tratado como um problema restrito à esfera privada. A violência contra as mulheres impacta diretamente o mundo do trabalho, a saúde física e mental, a renda e a autonomia das trabalhadoras.

Combater o feminicídio passa pelo enfrentamento das desigualdades estruturais, pela garantia de direitos, pelo fortalecimento das políticas públicas e pela promoção de uma cultura de respeito e igualdade. Defender a vida das mulheres é uma tarefa coletiva, que precisa ser assumida todos os dias, em todos os espaços.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - Dr. Abrão Blumberg e Caroline Anversa - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.